



RELATOS DA CONFERÊNCIA

CONSTRUIR O FUTURO EM REDE >

a RTCP e as políticas municipais de cultura

11 novembro 2025

Teatro das Figuras - Faro

RELATOS

Iniciativa: Conferência da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

Colóquio: RTCP e a Cultura nos Municípios

Dinamizadores: Paulo Pires, Vânia Rodrigues

Relator: Pedro Dias de Almeida

OS NÓS E OS LAÇOS

Na tarde do passado dia 11 de novembro, no Teatro das Figuras, Faro, uma das duas sessões programadas da conferência 'Construir o Futuro em Rede: a RTCP e as Políticas Municipais de Cultura' juntou em palco o programador e gestor cultural Paulo Pires e Vânia Rodrigues, investigadora, gestora cultural e consultora nas áreas de planeamento estratégico, programação e gestão cultural, desenho de projetos e parcerias internacionais. O modelo foi uma conversa a dois, sem moderação, e aberta, desde início, a intervenções da plateia, com o tema genérico 'RTCP e a Cultura nos Municípios'.

O registo inicial foi de reflexão mais conceptual, com Paulo Pires (PP) dando o mote citando um texto de Vânia Rodrigues (VR) em que a investigadora sublinhava que “uma rede é uma coisa cheia de buracos.” Pensamos nas “redes” valorizando os pontos de contacto em toda a sua extensão, mas a perspectiva pode ser outra: “Um conjunto coeso de buracos.” No caso específico da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses os “nós” da rede são, nas palavras de VR, as dinâmicas de programação, a capacitação/formação de equipas e o sistema de creditação dos espaços que têm condições para integrar a rede. Perspectivando estratégias de melhorias para o futuro, a investigadora propôs uma “organização por falhas”: “O que não fazemos bem também é objeto de trabalho”. De forma algo provocatória, questionou assim um conceito muito em voga: “Sou muito crítica da ideia de ‘boas práticas’”. À ideia de “boas práticas” (o que se vai fazendo bem) contrapôs a ideia de procura da “excelência”. A esse propósito PP recordou o livro *Ideias Perigosas Para Portugal, Propostas que se arriscam a salvar o país* (coordenado por João Caraça e Gustavo Cardoso) e uma ideia subversiva que aí encontrou: a de “publicitar os fracassos”. Para, depois, fazer melhor, claro.

Comentando o que já se tinha passado ao longo do dia, VR alertou: “Cuidado com o que desejam”, diagnosticando uma vontade que foi ouvindo aqui e ali. “Às vezes parece que estamos todos saudosos de um grande chefe”, alguém que dite todas as regras de cima para baixo – que no caso da RTCP seria a Direção Geral das Artes (DGA). Sublinhou, então, a necessidade de “mecanismos de diferenciação” até porque, com 103 espaços credenciados na rede há necessariamente grandes diferenças entre equipamentos e entre o “enunciado e o que lá se faz realmente.”

“Estamos muito baseados em métricas; e o intangível?”, perguntou PP.

A conversa/debate teve sempre dois polos claros: a utilidade do funcionamento em rede e, por outro lado, a absoluta necessidade de diferenciação, fugindo às armadilhas de programações iguais e coletes de forças impostos a todos os municípios e equipamentos, independentemente das suas especificidades. “A escassez de recursos não pode ser um mantra para tudo!”, exclamou VR.

Da plateia, a primeira intervenção veio de um dos raros artistas a acompanhar a conferência (que atraiu sobretudo programadores e membros de teatros e cineteatros da RTCP): o músico Rogério Charraz. A partir da sua própria experiência fez uma crítica sobretudo direcionada ao incumprimento de prazos nos financiamentos e apoios a projetos, o que obriga os artistas a

andarem “sempre a correr atrás do prejuízo”. “Há muitas exigências, mas depois a DGARTES não cumpre a sua parte”, afirmou, referindo-se aos atrasos. Em resposta a essa participação, VR aproveitou para, discordando genericamente dessa queixa muito comum em artistas e outros agentes culturais, sublinhar a importância de planejar tudo “independentemente dos atrasos e da volatilidade dos apoios”, falando de *timings* diferentes: o dos projetos e o dos apoios. Tanto no universo das artes como das ciências “não devemos deixar-nos capturar pelos *timings* dos financiamentos”.

O Diretor-Geral das Artes, Américo Rodrigues também tomou a palavra, em resposta a Charraz, começando por alertar que não seria produtivo os participantes centrarem-se no seu próprio caso, e em queixas pontuais e pessoais. Sublinhou, depois, que a RTCP foi construída a partir de “um amplo diálogo com o setor”, sendo uma criação feita “em conjunto com vários representantes do setor”, promovendo uma “escuta ativa para mudar.” Justificou alguns atrasos com todo o processo obrigatório nesses concursos, que passam por autorizações prévias dos ministérios da cultura e das finanças e garantiu que a equipa DGARTES não podia ser mais diligente e célere a avançar assim que estão reunidas todas as condições para o fazer. Sublinhou, sobretudo, que a RTCP resultou de um desejo com mais de 20 anos e deve ser valorizada.

A partir da plateia, o encenador e diretor teatral João Garcia Miguel, falou da importância da RTCP como “estrutura de pensamento”, uma ferramenta muito útil para “pensar um país macrocéfalo”, levantando questões “estruturais profundas.” O que é, hoje, um “diretor artístico?”, perguntou-se, por exemplo, na sala. Sublinhando que o fim quase generalizado da crítica de teatro e espetáculos nos media leva, hoje, a que programadores e artistas não encontrem praticamente nenhum “processo de avaliação”, sugeriu que, neste contexto, poderia haver uma entrega de prémios ou uma publicação especializada.

Ana Soares, da divisão de cultura da Câmara Municipal de Tomar disse, partindo da sua experiência: “Há um trabalho que fazemos hoje e que não era possível fazer sem a RTCP.”

Rapidamente, o tema de fundo foi a óbvia responsabilidade das autarquias e políticas locais nos processos e resultados. PP sublinhou o tal risco de “homogeneização circunscrito a um modelo tradicional” - “Mas como fazer este trabalho [ao nível da RTCP] sem ser dirigista?”, perguntou.

“Não vai ser a RTCP a criar políticas municipais de cultura”, diria, mais tarde, VR. João Aidos, diretor artístico do Teatro Municipal de Ourém e ex-Diretor-Geral das Artes, disse mesmo que, em Portugal, quase se pode dizer que, a nível cultural, “cada caso nosso, autárquico, é uma experiência única.” A esse respeito queixou-se da falta de uma partilha continuada de informação, algo que pode ser feito no âmbito da RTCP. “Muitas vezes há coisas invisíveis, intangíveis, com grande importância e enormes potencialidades que as autarquias simplesmente não comunicam e divulgam”, acrescentou, em concordância, PP.

Em ligação direta com a ideia de rede exposta no início da conversa, VR sublinhou que a palavra-chave é “nós” (com um duplo significado, sendo os dois válidos para esta abordagem da RTCP, acrescentamos nós). Olhando para o futuro alvitrou: “Se calhar, daqui a dez anos a RCTP será uma associação sem fins lucrativos.” Na base estará sempre uma atitude necessária, em escalas e fóruns variáveis no território, a partir de confluências de interesses, escolhas e parcerias: “Sentarmo-nos e trabalharmos juntos, coisas que não se fazem no Google Docs.”

Iniciativa: Conferência da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

Colóquio: Cultura: redes e modelos de cooperação

Dinamizadoras: Catarina Vaz Pinto, Cristina Planas Leitão

Relator: Pedro Mendes

O painel “Cultura: redes e modelos de cooperação”, realizado a 11 de novembro de 2025 no Teatro das Figuras, em Faro, no âmbito da conferência da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), reuniu Catarina Vaz Pinto e Cristina Planas Leitão, bem como um conjunto de intervenientes do setor, para uma discussão aprofundada sobre origem, função, modelos de governação e desafios operacionais das redes culturais em Portugal.

Cristina Planas Leitão abriu a sessão posicionando-se como defensora absoluta das redes e descrevendo a RTCP como “um trabalho hercúleo que ainda é um bebé”, apontando desde logo que, na sua perspetiva, a RTCP “ainda não é uma rede” no sentido pleno do termo: nasceu “ao contrário”, com equipamentos existentes que só depois receberam uma lógica de programação e cooperação, o que impõe um trabalho de transformação.

Para Planas Leitão, o trabalho em rede é, antes de mais, um trabalho duradouro e tentacular que dá frutos ao longo do tempo; exige partilha de recursos, solidariedade institucional, onde grandes estruturas compensam financeiramente estruturas mais pequenas para combater desigualdades, e permite um trabalho cruzado sem perda de identidade de cada parceiro. É muito mais do que coprogramação e implica pensar projetos com outra profundidade. Sublinhou ainda a importância de existir tempo para reunir com artistas e para ver espetáculos, e afirmou que o trabalho de direção artística deve ser contínuo.

Alertou também para a prática, por vezes verificada, de transformar lugares e cargos municipais já existentes na direção artística do teatro, o que condiciona autonomias. Colocou questões operacionais como a necessidade de equipas mínimas estáveis, bilheteiras abertas por períodos mais longos, limitação de mandatos nas direções artísticas para evitar cristalizações institucionais e formação e qualificação contínuas. Citou experiências internacionais e latino-americanas (como o SESC no Brasil, o GAM no Chile e o 104 em Paris) como referências de práticas de escuta, desenvolvimento local e mediação.

Catarina Vaz Pinto ofereceu, por seu lado, um enquadramento histórico detalhado. Recordou o défice de equipamentos para as artes performativas nas décadas anteriores, o boom do cinema nos anos 70 e a chegada de fundos nos anos 80 com a adesão à Comunidade Europeia. Explicou que, nos anos 90, o Ministério da Cultura decidiu que todas as capitais de distrito deveriam ter um teatro - a Rede Municipal dos Espaços Culturais -, com forte investimento em infraestrutura, reforçado por fundos e contributos privados (como o da Tabaqueira). Sublinhou que esse investimento deveria ter sido seguido de um apoio à programação e à formação, mas que o encerramento abrupto do Ministério da Cultura em 2000 atrasou esse processo.

Vaz Pinto lembrou o trabalho de diagnóstico e capacitação desenvolvido em colaboração com consultoria (Quaternaire Portugal) e com 51 municípios da Grande Lisboa e Vale do Tejo, que resultou num estudo/manual de apoio aos municípios e esteve na génese da Artemrede, associação que celebrou 20 anos em 2025. A Artemrede teve um papel central na qualificação dos cineteatros, na formação técnica e artística e na criação de planos estratégicos municipais.

Apresentou também uma reflexão crítica sobre a quantidade e localização dos equipamentos. Enquanto há sentido em ter bibliotecas em cada município, criadas segundo critérios europeus, nem sempre faz sentido ter um cineteatro em cada município. Defendeu que a RTCP, criada formalmente em 2019, deve funcionar sobretudo como rede de definição de parâmetros e apoio financeiro, deixando à iniciativa regional e local a função de programação mais próxima do território. Questionou ainda quantas redes é legítimo que uma instituição integre e alertou para o custo em tempo que implica uma participação eficaz.

Do público, surgiram múltiplos contributos que enriqueceram e tensionaram as perspetivas das oradoras. Mário Branquinho, diretor artístico do Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha, sintetizou a evolução dizendo que primeiro foi “a fase do tijolo e agora veio a fase do miolo”. Colocou o desafio sobre os modelos de cooperação dentro da rede, defendendo a criação e consolidação de pequenas redes dentro da rede maior para reforçar coesão territorial, descentralização e autonomia das direções artísticas. Criticou metodologias que obrigam estruturas a concorrer de quatro em quatro anos para assegurarem o seu funcionamento, comparando com hospitais ou escolas que não têm de concorrer para manter a sua atividade.

Célia Caeiro, do Teatro Aberto, citando António Pedro, “Para haver teatro é preciso que haja teatros”, centrou-se no papel das redes na construção de públicos, colocando a questão de como os projetos podem encontrar audiências e como os públicos podem encontrar projetos, sublinhando a necessidade de pensar o teatro enquanto comunicação com as “plateias”.

Um arquiteto não identificado falou da importância da mobilidade regional, com referência específica ao Algarve, e propôs pensar a ligação interior-litoral numa perspetiva horizontal, referindo o papel que infraestruturas de mobilidade (como o metropolitano ligeiro) teriam para aproximar cidades e entrosar a Rede de Teatros, facilitando a deslocação de públicos.

Sofia Brito, da AORCA (Lagos), levantou a questão das bibliotecas que têm polos que servem freguesias e questionou se há modelos análogos possíveis no âmbito da RTCP, sugerindo que poderia haver uma resposta ao descontentamento de artistas cujo município possui apenas um teatro municipal, incluindo outras estruturas no circuito local. Reforçou a importância de equipamentos para espaços mais pequenos e alternativos.

Cristina Planas Leitão esclareceu que a DGARTES possui uma linha de financiamento para programação e manifestou-se contra a hiper-municipalização dos projetos, defendendo que cada estrutura pode e deve trabalhar com os municípios sem que estes absorvam toda a programação.

Catarina Vaz Pinto enfatizou a exigência de existir uma estratégia cultural municipal em cada município e defendeu que os teatros municipais devem poder criar redes com outros teatros, companhias e estruturas locais, podendo a iniciativa partir da própria autarquia ou de agentes locais. Colocou ainda a questão de quem deve ser responsável por determinados projetos, se o Ministério da Cultura ou se o território deve ser chamado a coordenar.

Um especialista ligado a entidades sustentadas e equipamentos RTCP do Algarve descreveu a realidade do território: existe muita produção cultural local e uma capacidade física insuficiente nos equipamentos RTCP para acolher toda essa produção, quanto mais a nacional, pelo que deveria existir uma rede de espaços alternativos. Sublinhou que há muito mais apoio para criação do que para circulação, resultando numa produção que não encontra espaço para apresentar-se.

Uma interveniente que coordenou uma rede europeia de espaços culturais lamentou não ter encontrado um mapeamento nacional dos espaços culturais portugueses com informação sobre programadores, características técnicas e programação. Referiu como exemplo um projeto em França, onde redes de comunidades organizam condições para artistas e público e facilitam a circulação. Apontou falhas na construção de um desenvolvimento local inclusivo, na criação de confiança e na facilidade em encontrar informação.

Cristina Planas Leitão defendeu candidaturas regulares e a limitação de mandatos nas direções artísticas para evitar cristalizações. A partir da sua experiência no Porto, afirmou desejar mais espaços independentes, porque a maioria dos artistas procura validação pela programação em espaços “reconhecidos”, sendo essencial o equilíbrio entre independentes e municipais.

Bruno Alexandre apresentou a Rede de Dança Contemporânea, que agrega estruturas e pessoas singulares, com uma componente reivindicativa e preocupada com produção e circulação. Planas Leitão referiu também redes europeias relevantes, EDN (European Dancehouse Network), La Red (Espanha) e Aerowaves, mencionando que essas redes combinam cooperação artística com dimensão política e de negociação.

Rui Torrinha, diretor artístico do Centro Cultural Vila Flor, aprofundou o exemplo da Aerowaves, que trabalha com mais de 50 parceiros na emergência da dança, e salientou que as redes são também equipas políticas que discutem conceitos (como o de “emergente”) e diferenças territoriais. Agradeceu a memória trazida por Vaz Pinto sobre a construção histórica das redes e advertiu contra a “vertigem” de acelerar processos sem consolidar aprendizagens, lembrando que muito conhecimento foi produzido e que existe um défice no seu “vazamento” político e social, não sendo aplicado.

Torrinha alertou igualmente para o desgaste das equipas - O CCVF regista uma taxa de ocupação de 98% - e para a tensão entre teoria e prática. Sublinhou a validação que a programação num equipamento “reconhecido” confere aos artistas e propôs um sistema articulado de espaços independentes como rampa de lançamento que favoreça diversidade e dê tempo aos artistas para desenvolver vocabulário e testar trabalho.

Uma interveniente não identificada reforçou que projetos como o 104 e o GAM nasceram de processos de escuta intensa e funcionaram como gatilhos para o reconhecimento dos espaços independentes, constituindo-se como “segunda casa” no bairro e respondendo às necessidades do território ao envolver as pessoas locais.

Cristina Planas Leitão agradeceu a existência de momentos de encontro que permitam refletir sobre acolhimento e mediação, reiterando a necessidade de garantir condições que permitam aos teatros serem lugares efetivamente ocupados pelas pessoas. Associou a questão dos públicos à arquitetura dos espaços e insistiu na necessidade de equipas mínimas para manter os espaços abertos e garantir mediação.

Ao longo do debate surgiram dilemas recorrentes e considerações técnicas e políticas concretas: a RTCP é percebida por alguns como uma rede demasiado grande e vertical, pouco estimuladora de cooperações estreitas; é necessário clarificar as missões dos equipamentos que a compõem e definir o que é essencial em cada um; há conflitos de interesse resultantes de acumulação de funções; é imprescindível a qualificação e formação contínua das equipas; existe uma assimetria entre municípios e equipamentos com financiamentos insuficientes; foi defendida a atualização das linhas de financiamento segundo a inflação; questionou-se o número de redes que uma organização deve integrar; apontou-se a necessidade de repensar horários de bilheteiras, garantir condições mínimas e valorizar práticas multidisciplinares efetivas; discutiu-se ainda o binómio cultura erudita/cultura popular e a importância da mediação para expor o público a propostas novas, como forma de argumentar politicamente em defesa do valor transformador da cultura.

Foram citados instrumentos e recursos existentes, como o Atlas das Artes, a Artemrede, a Rede 5 Sentidos, as Comédias do Minho, a Rede Portuguesa de Programadores e a Rede de Programação Acessível, e sublinhada a necessidade urgente de um mapeamento nacional atualizado que reúna dados técnicos, programadores e agendas, facilitando a circulação e a criação de confiança entre territórios.

No fecho do painel houve consenso em torno da ideia de que as redes são meios e não fins: exigem tempo, escuta, confiança, modelos de governação claros (preferivelmente horizontais) e políticas públicas que reconheçam e financiem esse trabalho de base. É preciso corrigir metodologias e institucionalidades que travam a autonomia artística e a circulação, promovendo simultaneamente a capacitação, a sustentabilidade económica dos projetos artísticos e a construção de circuitos que integrem espaços públicos e independentes de forma complementar.

Catarina Vaz Pinto concluiu sublinhando que as redes devem permitir aos equipamentos repensar a sua missão no território e promover encontros entre pessoas e lugares. Cristina Planas Leitão encerrou agradecendo o debate e reafirmando a importância de momentos de encontro para refletir coletivamente sobre como acolher e mediar.